

MIGUEL
TORGA
ISMT.PT



Fundo
Asilo, Migração
e Integração
2030

PORTUGAL
2030



Cofinanciado pela
União Europeia

Plano Municipal Para Integração de Migrantes

Município da Lousã



Coordenação
Fernanda Daniel
Laura Lemos

Equipa Técnica
Diana Azedo
Diogo Andrade
Pedro Almeida
Ricardo Crispim

Data de Edição
Novembro de 2025

Índice

1. Enquadramento geral.....	3
2. Objetivos.....	3
3. Metodologia	4
3.1. Procedimentos éticos e disseminação do inquérito	5
3.2. Análise dos dados	6
4. Caracterização populacional e territorial	7
5. População migrante.....	8
6. Emprego.....	14
7. Habitação.....	16
8. Atendimentos no CLAIM da Lousã em 2025	17
9. Apresentação dos resultados — Inquérito	19
10. Conclusões e Recomendações	44
11. Referências bibliográficas.....	50

1. Enquadramento geral

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes (Ação 4 do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros - FEINPT) é um projeto promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), com o objetivo principal de promover o processo de inserção e integração de migrantes, bem como avaliar os recursos disponíveis e as necessidades específicas de cada Município da Região de Coimbra.

A análise da realidade migratória neste concelho é orientada por uma perspetiva de inclusão social, que procura compreender não apenas os desafios individuais das pessoas migrantes, mas também os fatores estruturais que condicionam o seu acesso a direitos e oportunidades. É importante sublinhar que a inclusão não deve ser entendida como sinónimo de assimilação, mas antes como um processo que valoriza a diversidade cultural como recurso coletivo. Do mesmo modo, o ónus da inclusão não pode recair exclusivamente sobre os/as migrantes, frequentemente em situação de maior vulnerabilidade, cabendo também às instituições e às comunidades locais criar condições efetivas para uma participação plena e equitativa.

O município da Lousã integra a Região de Coimbra que é composta por mais 18 municípios: Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua, Vila Nova de Poiares.

2. Objetivos

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Lousã tem como objetivo geral caracterizar a população migrante residente no concelho, identificar os/as principais desafios e dinâmicas de inclusão e promover uma abordagem de inclusão que reconheça a diversidade como um valor estruturante do território e da ação pública.

De forma mais específica, o relatório visa:

- Reunir e analisar dados demográficos, sociais e económicos relativos à população migrante;
- Identificar padrões de distribuição territorial, inserção profissional, condições habitacionais e níveis de escolaridade;
- Compreender, através de inquérito, as perceções e experiências da população migrante em relação à inclusão na sociedade portuguesa em geral e no município no qual habitam, em particular;
- Fornecer um diagnóstico atualizado que sirva de base à elaboração e monitorização de políticas municipais e públicas de acolhimento e participação social, orientadas por princípios de igualdade, justiça e valorização da diversidade.

3. Metodologia

A metodologia adotada para a elaboração do Plano Municipal para a Integração de Migrantes do concelho da Lousã baseou-se numa abordagem mista, integrando estratégias de investigação quantitativas e documentais. Esta opção metodológica permitiu uma compreensão aprofundada da realidade migratória na região. A combinação de diferentes métodos e fontes de informação visou garantir a robustez dos resultados e a sua utilidade prática para a definição de políticas municipais de inclusão social.

Na vertente quantitativa, foi desenvolvido um questionário estruturado, disponível em quatro idiomas (português, inglês, francês e espanhol), permitindo maior acessibilidade à participação de migrantes de diferentes origens linguísticas. O instrumento de recolha de dados abrangeu um conjunto alargado de dimensões essenciais ao processo de inclusão, nomeadamente:

- Trajetória migratória, incluindo tempo de residência em Portugal, motivos de migração, tipo de documento, situação legal e intenção de obtenção de nacionalidade;
- Redes de apoio e condições de inclusão, com enfoque nos suportes recebidos, nas dificuldades enfrentadas e na perceção de acolhimento social;
- Habitação e saúde, através da análise das condições habitacionais, dos desafios no acesso à habitação e na obtenção de cuidados de saúde;
- Educação, qualificações e mercado de trabalho, considerando o nível de ensino, o reconhecimento de estudos, a situação profissional e a satisfação laboral;
- Participação social, cívica e religiosa, abordando também a participação comunitária e a perceção de inclusão social;
- Experiências de discriminação e exercício de direitos, complementadas por dados demográficos básicos.

O questionário foi concebido para recolher informação quantitativa representativa, assegurando uma cobertura territorial equilibrada e a comparabilidade entre os diferentes municípios da Região de Coimbra.

3.1. Procedimentos éticos e disseminação do inquérito

Antes do início da recolha de dados, o estudo obteve parecer positivo da Comissão de Ética do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), garantindo o cumprimento dos princípios de ética e deontologia científica. O anonimato dos/as participantes foi rigorosamente assegurado e o acesso às respostas ficou restrito à equipa de investigação.

Para garantir uma disseminação abrangente e equitativa, em cada município foi designado um representante da Câmara Municipal, contactado pela CIM-Região de Coimbra, responsável por divulgar o questionário junto das comunidades migrantes locais e das entidades parceiras. Durante o período de aplicação, estes contactos municipais foram regularmente informados sobre o número de questionários já

submetidos na plataforma, o que permitiu acompanhar a adesão e incentivar a participação.

Como estratégia de divulgação, foram elaborados cartazes informativos e materiais de comunicação visual adaptados ao público-alvo. O questionário foi disponibilizado em duas modalidades complementares:

- Uma versão digital, implementada na plataforma *LimeSurvey*, que permitiu a participação online através de computadores e dispositivos móveis;
- Uma versão em formato papel, direcionada a contextos onde o acesso à internet era limitado ou inexistente, assegurando assim a inclusão de todos os perfis de participantes.

Na divulgação, recorreu-se ainda a links diretos e QR Codes, disseminados através das autarquias, associações locais, centros de apoio e equipamentos públicos. Este processo contou com o envolvimento ativo das equipas municipais e de parceiros institucionais, o que favoreceu uma cobertura territorial alargada e um maior alcance da população migrante.

3.2. Análise dos dados

A análise seguiu uma lógica de articulação metodológica, combinando dados primários e secundários. Os dados quantitativos primários, recolhidos através de inquérito, fundamentaram o perfil demográfico e socioeconómico da população migrante na região, enquanto a análise documental forneceu uma leitura contextualizada das políticas públicas locais e das dinâmicas migratórias. Para enriquecer a análise, foram mobilizados dados oficiais e administrativos secundários, designadamente os Censos de 2011 e 2021 do Instituto Nacional de Estatística (INE) e as estatísticas recentes da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA; 2023/2024). A articulação entre estas fontes secundárias e os dados primários recolhidos permitiu comparar tendências temporais e identificar convergências e discrepâncias entre indicadores demográficos, sociais e territoriais, conferindo maior robustez aos resultados.

4. Caracterização populacional e territorial

O município da Lousã localiza-se na Região Centro, no interior da CIM-Região de Coimbra. O território estende-se por 138,40 km², está organizado em cinco freguesias e tem como sede a vila da Lousã.

De acordo com os Censos 2021, o concelho registava 17 006 habitantes, menos 598 do que em 2011 (17 604). A tendência de decréscimo, contudo, parece ter-se invertido: as estimativas do INE (2024) apontam para 17 662 residentes, correspondendo a uma variação positiva de 1,39% face ao ano anterior.

O município regista um índice de envelhecimento elevado, que aumentou de 172,26 pessoas idosas por cada 100 pessoas jovens em 2021 para 196,5 em 2024, sinalizando a continuação do envelhecimento demográfico. Para contextualizar esta evolução demográfica, apresenta-se na Tabela 1 um retrato sintético do município da Lousã.

Tal como se observa, entre 2011 e 2021, a população da Lousã diminuiu ligeiramente, passando de 17 604 para 17 006 residentes (-3,4%), e o índice de envelhecimento agravou-se de forma expressiva (de 113,56 para 172,26, +51,7%). As estimativas mais recentes apontam, contudo, para uma ligeira recuperação demográfica, com 17 419 residentes em 2023 (+2,4% face a 2021) e 17 662 em 2024 (+1,4% face a 2023). O envelhecimento populacional mantém-se acentuado, atingindo um índice de 196,5 em 2024.

No mesmo período, a população estrangeira registou uma trajetória inversa à do total populacional: diminuiu entre 2011 e 2021 (-10,3%), mas quase duplicou entre 2021 e 2023 (+78,1%), passando de 470 para 837 residentes. Embora ainda represente uma fração pequena da população total (cerca de 4,8% em 2023), este crescimento recente sugere que os fluxos migratórios têm desempenhado um papel importante na estabilização e ligeira recuperação demográfica do concelho.

Tabela 1*Retrato Populacional do Município da Lousã (PORDATA)*

	2011	2021	2023	2024	VR (%) 2011- 2021	VR (%) 2021- 2023	VR (%) 2023- 2024
População residente	17 604	17 006	17 419	17 662	-3,4	2,4	1,4
Pessoas idosas por cada 100 jovens	113,56	172,26	190,6	196,5	51,7	10,6	3,1
População estrangeira com estatuto legal de residente	524	470	837	—	-10,3	78,1	—
População estrangeira (%) da população residente	2,9	2,8	—	—	-3,4	—	—

Nota. VR (%) = Variação relativa em termos percentuais; os valores referem-se ao número de indivíduos de nacionalidade não portuguesa com estatuto legal de residente, segundo registos administrativos do INE (baseados em autorizações/cartões de residência) - dados de periodicidade anual; os valores apresentados para 2023 e 2024 são estimativas (INE, 2024).

5. População migrante

A população estrangeira tem assumido um papel relevante na dinâmica demográfica da Lousã. Entre 2021 e 2023, o número de residentes estrangeiros/as passou de 470 (2,8% da população total) para 837, segundo o INE. Em 2024, registou-se uma taxa de crescimento migratório de 1,93%.

Este afluxo de cidadãos/ãs estrangeiros/as tem sido crucial para compensar as perdas verificadas na última década. Entre 2011 e 2021, tanto a população total como a estrangeira com estatuto legal de residente diminuíram (de 524 para 470). A partir de então, a tendência inverteu-se, reforçando a atratividade do concelho para pessoas migrantes e contribuindo para a sustentabilidade demográfica local. Para perceber como esta dinâmica se distribui pelo território, sintetiza-se na Tabela 2 a população total e a população estrangeira por freguesia.

De acordo com os Censos 2021, a União das Freguesias de Lousã e Vilarinho é a mais populosa, com 12 921 residentes, concentrando também o maior número absoluto de estrangeiros/as (317). Em termos proporcionais, a UF de Foz de Arouce e Casal de Ermio registam a maior percentagem de população estrangeira (5,30%), seguida de Serpins (3,74%) e Gândaras (1,98%).

A soma dos/as residentes estrangeiros/as por freguesia ($22 + 64 + 67 + 317 = 470$) coincide com o total municipal de 2021, e a soma da população total ($1\ 111 + 1\ 711 + 1\ 263 + 12\ 921 = 17\ 006$) coincide com o valor municipal. O padrão sugere forte centralização populacional em Lousã e Vilarinho, enquanto a presença relativa de estrangeiros/as é mais elevada em freguesias menos populosas, indicando possíveis dinâmicas de procura residencial e disponibilidade de habitação.

Tabela 2

População Residente por Freguesia do Município da Lousã (Censos 2021)

	População total residente	População residente de nacionalidade estrangeira	Percentagem da População estrangeira
Gândaras	1111	22	1,98%
Serpins	1711	64	3,74%
*Foz de Arouce e Casal de Ermio	1263	67	5,30%
*Lousã e Vilarinho	12921	317	2,45%

Nota. * = União das freguesias; Os valores correspondem à população residente habitual, incluindo pessoas de nacionalidade portuguesa e estrangeira, de acordo com os Censos 2021 (INE). Dados de periodicidade decenal.

No plano das qualificações, detalha-se na Tabela 3 a distribuição do nível de ensino mais elevado completo da população residente total e da população de nacionalidade estrangeira no concelho da Lousã.

Entre os/as residentes estrangeiros/as, o nível mais frequente é o ensino secundário e pós-secundário (131 pessoas; 27,9%), seguido da categoria "Nenhum" (105; 22,3%) e do ensino superior (102; 21,7%). Depois surgem o básico 3.º ciclo (82; 17,5%), o básico 2.º

ciclo (27; 5,7%), o básico 1.º ciclo (21; 4,5%) e o curso técnico superior profissional (2; 0,4%). O total por níveis perfaz 470 pessoas, em linha com o total municipal de estrangeiros/as em 2021.

Na população total residente, destaca-se o ensino secundário e pós-secundário (3 961; 23,3%), seguido do básico 1.º ciclo (3 824; 22,5%), do básico 3.º ciclo (2 935; 17,3%), do ensino superior (2 465; 14,5%), do básico 2.º ciclo (1 788; 10,5%) e da categoria “Nenhum” (2 033; 12,0%). As percentagens somam aproximadamente 100% devido a arredondamentos.

Comparando os dois grupos, observa-se maior qualificação relativa entre os/as residentes estrangeiros/as, com peso acima da média nos níveis secundário e superior e muito reduzido no básico 1.º ciclo. A categoria “Nenhum” entre estrangeiros/as inclui sobretudo menores de 15 anos em percurso escolar, pelo que não deve ser interpretada como ausência de escolarização entre adultos.

Tabela 3

População Residente e de Nacionalidade Estrangeira, Segundo o Nível de Ensino Mais Elevado Completo, no Município da Lousã (Censos 2021)

Nível de Ensino Mais Elevado Completo	População total residente	População residente de nacionalidade estrangeira
Nenhum	2033 (12,0%)	105 (22,3%)
Ensino básico 1.º ciclo	3824 (22,5%)	21 (4,5%)
Ensino básico 2.º ciclo	1788 (10,5%)	27 (5,7%)
Ensino básico 3.º ciclo	2935 (17,3%)	82 (17,5%)
Ensino secundário e pós-secundário (Cursos de especialização tecnológica)	3961 (23,3%)	131 (27,9%)
Curso técnico superior profissional	—	2 (0,4%)
Ensino Superior (inclui bacharelato)	2465 (14,5%)	102 (21,7%)

A população escolar de nacionalidade estrangeira no município regista uma trajetória de crescimento e consolidação entre os anos letivos 24/25 e 25/26, passando de 237 para 261 alunos/as, o que corresponde a um aumento de 10,1%. Este crescimento ocorre numa distribuição cada vez mais diversificada, abrangendo 30 nacionalidades no ano letivo 25/26 (face a 26 no ano anterior), evidenciando a progressiva integração multicultural do sistema educativo local.

A composição da população escolar estrangeira é marcadamente influenciada pela demografia migratória do município, com Brasil e Angola a dominarem a presença absoluta, representando aproximadamente 61% do total de alunos/as. O Brasil, enquanto comunidade mais numerosa, mantém uma presença estável (118 para 119 alunos/as), sugerindo consolidação e enraizamento desta população. Angola, por seu turno, registou crescimento proporcionalmente mais expressivo, aumentando 39% (de 31 para 43 alunos/as), refletindo dinâmicas migratórias recentes desta nacionalidade no território.

Destaca-se ainda o crescimento de São Tomé e Príncipe, que aumentou 47% (de 17 para 25 alunos/as), sinalizando a chegada de novas famílias desta origem. Outras nacionalidades europeias e extraeuropeias mantêm presença residual, ainda que significativa no plano da diversidade: França, Reino Unido e Países Baixos figuram entre as mais representadas, enquanto presenças como Dinamarca e Moçambique constituem incorporações recentes no corpo discente. Alguns declínios pontuais, como em Bangladesh, Colômbia e Ruanda, refletem a natureza fluida dos fluxos migratórios e a variabilidade nas trajetórias familiares.

Este perfil educacional vai ao encontro com a caracterização da população estrangeira residente no município, validando que a integração dos/as filhos/as de migrantes no sistema escolar acompanha proporcionalmente a presença demográfica das comunidades migrantes na Lousã.

Tabela 4

Número de Alunos/as por Nacionalidade

Nacionalidade	Ano letivo 24/25 (número de alunos/as)	Ano letivo 25/26< (número de alunos/as)
Alemanha	2	2
Angola	31	43
Argélia	1	1
Argentina	2	3
Bangladesh	2	0
Bélgica	1	1
Brasil	118	119
Cabo Verde	2	2
Canadá	1	3
Chéquia	1	1
China	3	3
Colômbia	2	1
Dinamarca	0	1
EUA	3	3
Rússia	4	6
França	6	6
Índia	3	3
Irlanda	1	1
Itália	3	4
Luxemburgo	1	1
México	2	2
Moçambique	0	2
Países Baixos	5	5
Paquistão	5	4
Reino Unido	5	5
Roménia	1	1
Ruanda	1	0
São Tomé e Príncipe	17	25
Suíça	1	1
Território Britânico do Oceano Índico	2	2
Ucrânia	12	10
Total de alunos/as	237	261
Total de nacionalidades	26	30

Nota. Informação fornecida pelo município da Lousã e AEL

Para caracterizar a origem nacional, mostra-se na Tabela 4 a composição por nacionalidade e sexo dos/as residentes estrangeiros/as na Lousã, com base em informação administrativa do INE para 2023.

A comunidade brasileira é, de forma destacada, a mais numerosa nos pedidos de estatuto de residente, com 148 pessoas (aproximadamente 68% do subtotal de estrangeiros/as). Seguem-se Angola (15 pessoas), Países Baixos (11), Estados Unidos da América (8), França (8), São Tomé e Príncipe (7) e o Reino Unido (6). As restantes nacionalidades (Alemanha, Irlanda e Índia) têm entre 4 e 5 pessoas cada.

A distribuição por sexo mostra predomínio masculino (116 homens e 102 mulheres), com uma razão de masculinidade de 113,7. Este equilíbrio global, contudo, mascara diferenças acentuadas por nacionalidade: há predomínio masculino em comunidades como Índia, Irlanda, São Tomé e Príncipe e Estados Unidos, enquanto se observa maioria feminina entre os/as residentes de Angola e França e equilíbrio aproximado entre os/as de Brasil e Países Baixos.

A diversidade de origens, combinando países lusófonos, europeus e extraeuropeus, reflete um padrão migratório heterogéneo, em que predominam fluxos ligados a laços linguísticos e culturais (caso do Brasil e de Angola), mas também novas mobilidades associadas a motivos laborais e de residência de longa duração.

Tabela 5

População Estrangeira que Solicitou Estatuto de Residente por Nacionalidade e Sexo do Município de Lousã (INE, 2023)

País	N (H-M)	N (H)	N (M)	Razão de masculinidade (H/M ×100)
Angola	15	4	11	36,36
Brasil	148	83	65	127,69
Alemanha	5	2	3	66,66
França	8	1	7	14,28
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	6	2	4	50
Irlanda	5	4	1	400
Índia	5	4	1	400
Países Baixos	11	5	6	83,33
São Tomé e Príncipe	7	6	1	600
Estados Unidos da América	8	5	3	166,66
...
¹ População estrangeira total	834	438	399	109,77
² População residente total	17419	8458	8961	94,39
³ População não estrangeira	16585	8020	8562	93,67

Nota. H = Homens; M = Mulheres; a listagem acima abrange as nacionalidades mais representadas. Foram incluídos apenas os países com expressão numérica igual ou superior a cinco pessoas. 1 = População estrangeira residente. 2 = Inclui estrangeiros/as e portugueses/as. 3 = Portugueses/as residentes.

6. Emprego

Contexto nacional

Em Portugal, o mercado de trabalho caracteriza-se pelo predomínio dos serviços (aproximadamente 71% em 2021) e por necessidades recorrentes de mão de obra na

construção (cerca de 24%), alojamento/restauração, cuidados e saúde. O setor agrícola mantém relevância sazonal, e em determinados períodos observa-se também procura nas áreas da educação e das Tecnologias de Informação e Comunicação (globaledge.msu.edu).

Enquadramento local

Este enquadramento nacional reflete-se, em menor escala, no município da Lousã, onde o emprego se distribui principalmente pelos setores secundário e terciário, com destaque para a indústria transformadora, comércio, construção, serviços sociais e turísticos.

De acordo com os Censos de 2021, a Lousã contava 7 811 ativos, dos quais 7 200 estavam empregados/as e 611 desempregados/as (taxa de desemprego: 7,8%). O emprego é predominantemente por conta de outrem, embora o trabalho por conta própria mantenha expressão, associada sobretudo a microempresas locais.

À semelhança de outras regiões, muitas pessoas migrantes enfrentam barreiras no reconhecimento de qualificações, exigências linguísticas e processos de recrutamento informais, o que pode conduzir à subutilização de competências e à precariedade contratual.

Não existem, em acesso público, dados que indiquem, para o município da Lousã, em que setores se concentram os/as residentes estrangeiros/as. Assim, toma-se o padrão nacional como referência, onde se verifica maior presença em atividades administrativas e dos serviços de apoio, alojamento e restauração, tendência que se espera confirmar localmente (PORDATA, 2024).

Por fim, importa sublinhar que cabe às instituições públicas e aos empregadores assegurar práticas de recrutamento transparentes, reconhecimento justo de qualificações e condições laborais equitativas, prevenindo situações de discriminação.

7. Habitação

Contexto nacional e enquadramento local

O acesso à habitação tem-se agravado em Portugal, sobretudo nas grandes áreas urbanas e turísticas. Embora a Lousã não enfrente níveis de pressão comparáveis aos de centros urbanos como Coimbra ou Lisboa, começam a notar-se efeitos nos preços do arrendamento, na disponibilidade de habitação e nas condições do parque habitacional existente. O envelhecimento demográfico e a crescente procura de respostas sociais evidenciam constrangimentos que afetam tanto residentes em geral como pessoas migrantes.

Dados disponíveis

Até ao momento, não existem estatísticas oficiais desagregadas por nacionalidade relativas às condições de habitação no concelho da Lousã. As fontes disponíveis (INE, DataCentro e Censos 2021) apenas fornecem informação sobre o mercado habitacional total.

A nível nacional, em 2024, a renda mediana dos novos contratos foi de 7,97 €/m², atingindo 8,43 €/m² no 4.º trimestre. Estes valores são significativamente superiores aos praticados em municípios de menor dimensão, mas ilustram a tendência de aumento generalizado do custo da habitação.

No caso da habitação social, as informações da Câmara Municipal da Lousã indicam que o parque habitacional gerido em renda apoiada permanece limitado e sujeito a critérios de elegibilidade socioeconómica. Tal como noutras localidades, as rendas resultam de fórmulas indexadas ao rendimento dos agregados, pelo que não são comparáveis às do mercado privado.

Para efeitos deste plano, utilizam-se indicadores gerais de habitação e referências nacionais que documentam as dificuldades enfrentadas por pessoas migrantes, nomeadamente no acesso ao arrendamento, na exigência de múltiplas cauções ou

fiadores e em episódios de discriminação. Estes elementos permitem enquadrar o tema no plano local, embora careçam de validação através dos inquéritos realizados no território, que permitirão captar as especificidades da experiência migrante na Lousã.

8. Atendimentos no CLAIM da Lousã em 2025

Durante o ano de 2025, o Centro de Apoio ao Imigrante (CLAIM) da Lousã realizou 408 atendimentos à população migrante, tabela 6, refletindo um perfil sociodemográfico diversificado e padrões de procura de serviços bem definidos. A população atendida é predominantemente feminina, com 234 mulheres (57,4%) face a 174 homens (42,6%), sugerindo que as mulheres migrantes procuram com maior frequência apoio institucional para questões administrativas e de integração. Em termos de origem nacional, a comunidade brasileira é largamente dominante, representando 42,1% de todos os atendimentos (146 casos), seguida de forma significativa por Angola (17,3%, 60 casos). Estas duas nacionalidades lusófonas concentram aproximadamente 59% do total de atendimentos, refletindo a predominância histórica e demográfica destes fluxos migratórios na região. São Tomé e Príncipe surge como terceira nacionalidade (9,5%), enquanto outras comunidades como Índia (7,2%), Reino Unido e França (ambas 4,8%) indicam uma população migrante geograficamente diversa, envolvendo tanto migrantes europeus como asiáticos.

Geograficamente, 72,6% dos atendimentos refere-se a migrantes residentes na Lousã, consolidando o CLAIM como recurso municipal. Contudo, uma proporção significativa (15,5% combinado) de utentes provém de concelhos vizinhos como Vila Nova de Poiares (7,8%) e Coimbra (5,2%).

Tabela 6

Atendimentos e Novos Atendimentos no CLAIM da Lousã 2025 por Nacionalidade, Género, Concelhos e Assuntos

	Atendimentos (N = 408)	%	Novos Clientes (N = 294)	%
Nacionalidades				
Brasil	146	42,1	114	45,2
Angola	60	17,3	39	15,9
São Tomé e Príncipe	33	9,5	18	7,3
Índia	25	7,2	15	6,1
Reino Unido	16	4,6	16	6,5
França	16	4,6	8	3,3
Estados Unidos	15	4,3	10	4,1
Bélgica	14	4	10	4,1
Ucrânia	11	3,2	8	3,3
Países Baixos	11	3,2	10	4,1
Género				
Homem	174	42,6	126	42,9
Mulher	234	57,4	168	57,1
Municípios de residência				
Lousã	289	72,6	198	69
Vila Nova de Poiares	31	7,8	24	8,4
Desconhecido	25	6,3	25	8,7
Coimbra	20	5,2	15	5,2
Miranda do Corvo	13	3,3	11	3,8

Os assuntos de atendimento evidenciam, tabela 7, que a principal questão abordada é a permanência legal em território nacional, responsável por 58,9% dos contactos (238 casos). Esta concentração reflete as complexidades administrativas enfrentadas por migrantes no acesso a autorizações de residência e regularização documental. Assuntos relacionados com direitos de cidadãos europeus e seus familiares (17,3%) ocupam a segunda posição, seguidos de reagrupamento familiar (10,4%), dimensões críticas de

inclusão social. Procuras relacionadas com língua portuguesa, educação e atendimento social representam proporções menores, mas não negligenciáveis (6,2%, 2,2% e 2,0%, respetivamente), sinalizando necessidades secundárias, mas estruturantes para processos de integração.

Registos de menores, questões de consumo, contactos com embaixadas/consulados e temas de saúde surgem com expressão residual (inferior a 2%), mas evidenciam igualmente a diversidade e abrangência do apoio prestado pelo CLAIM, que ultrapassa a mera regularização documental, refletindo uma abordagem multidimensional das necessidades das pessoas migrantes.

Tabela 7

Assuntos

Permanência em Território Nacional	238	58,9
Cidadãos europeus e familiares	70	17,3
Reagrupamento Familiar	42	10,4
Língua portuguesa	25	6,2
Educação	9	2,2
Atendimento Social	8	2,0
Registo de Menores	6	1,5
Consumo	2	0,5
Embaixada/Consulados	2	0,5
Saúde	2	0,5

Nota. Informação fornecida pelo município da Lousã- CLAIM da Lousã

9. Apresentação dos resultados — Inquérito

Caracterização Sociodemográfica da Amostra

A amostra deste grupo foi composta por 32 participantes, com dados recolhidos sobre idade, sexo, nacionalidade, escolaridade e religião ou crença espiritual.

No que respeita ao sexo, a distribuição mostra uma ligeira predominância feminina, com 17 participantes do sexo feminino (53,1%) e 15 do sexo masculino (46,9%), refletindo uma amostra equilibrada em termos de género.

A idade dos/as participantes variou entre 18 e 75 anos, registando uma média de 48,9 anos ($DP = 15,49$). Estes valores sugerem uma amostra composta essencialmente por adultos/as de meia-idade, com uma amplitude etária alargada que inclui jovens adultos e indivíduos mais velhos.

Relativamente ao estado civil, a maioria declarou ser casada ($n = 23$; 71,9%), seguida de solteira ($n = 6$; 18,8%), divorciada ($n = 2$; 6,3%) e viúva ($n = 1$; 3,1%).

Quanto à escolaridade, a amostra regista um nível de instrução moderado a elevado. O ensino secundário (10.º–12.º ano) foi o nível mais representativo ($n = 15$; 46,9%), seguido de licenciatura/bacharelato ($n = 11$; 34,4%). Em proporções menores surgem participantes com formação técnico-profissional ($n = 2$; 6,3%) e mestrado ($n = 2$; 6,3%), enquanto 1 participante possui o 3.º ciclo (7.º–9.º) e outro apenas o ensino primário ou sem escolaridade (3,1% cada). Assim, trata-se de um grupo com predominância de formação intermédia e superior.

Em relação à nacionalidade, observa-se uma diversidade expressiva. As origens mais representadas foram Angola ($n = 7$; 21,9%) e Brasil ($n = 7$; 21,9%), seguidas pelo Reino Unido e pela Ucrânia ($n = 4$; 12,5% cada). Outras nacionalidades incluem Estados Unidos da América ($n = 3$; 9,4%), África do Sul, Alemanha, Canadá, França, Holanda, México e Rússia, com 3,1% cada. Esta distribuição reflete uma amostra multicultural, com forte presença de participantes lusófonos e europeus e uma composição geograficamente ampla.

No que diz respeito à religião ou crença espiritual, os resultados revelam uma distribuição diversificada. A categoria “sem religião” e a “protestante evangélica” foram as mais frequentes, ambas com 25,0% ($n = 8$). Seguem-se os/as católicos ($n = 6$; 18,8%) e os/as que preferiram não responder ($n = 4$; 12,5%). Outras crenças incluem o budismo ($n = 3$; 9,4%), as Testemunhas de Jeová ($n = 1$; 3,1%), a ortodoxa ($n = 1$; 3,1%) e outras religiões ($n = 1$; 3,1%). Em termos gerais, observa-se uma amostra heterogénea do ponto

de vista religioso, com uma tendência para a não filiação formal e expressiva pluralidade espiritual.

Em síntese, este grupo caracteriza-se por ser multicultural, equilibrado em género, predominantemente adulto e com formação educacional de nível médio a superior, evidenciando diversidade religiosa e geográfica significativa.

Secção A — Trajetória migratória

A Tabela 8 detalha o tempo de residência em Portugal. De forma geral, observa-se que a maior parte dos/as respondentes reside em Portugal há 1-3 anos (41,2% mulheres; 40,0% homens). No grupo dos homens, há uma proporção significativa com 3-5 anos de residência (46,7%), enquanto no das mulheres a distribuição é mais equilibrada ao longo dos períodos de residência. Apenas três sujeitos residem há mais de 7 anos (11,8% mulheres; 6,7% homens).

Estes dados sugerem que a população inquirida é, em geral, relativamente recente na sua chegada a Portugal, com diferenças na duração da residência entre os sexos.

Tabela 8

Tempo de Residência em Portugal Consoante o Sexo

	Feminino <i>n</i> (%)	Masculino <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
6 meses a 1 ano	3 (17,6%)	0 (0,0%)	3 (9,4%)
De 1 a 3 anos	7 (41,2%)	6 (40,0%)	13 (40,6%)
De 3 a 5 anos	2 (11,8%)	7 (46,7%)	9 (28,1%)
De 5 a 7 anos	3 (17,6%)	1 (6,7%)	4 (12,5%)
Mais de 7 anos	2 (11,8%)	1 (6,7%)	3 (9,4%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 9 resume os motivos de migração para Portugal, sendo possível observar que a principal razão para sair do país de origem foi procura de melhores condições de vida (58,8% mulheres; 40,0% homens).

Nas mulheres inquiridas, a reunião familiar também é relevante (23,5%), enquanto entre os homens os motivos políticos/religiosos/ humanitários/saúde e outras razões têm maior peso (26,7% e 33,3%, respetivamente).

Estes dados indicam diferenças nas motivações de migração entre os sexos, com as mulheres mais orientadas para laços familiares e os homens a registarem maior diversidade de razões.

Tabela 9

Razão da Saída do País de Origem Consoante o Sexo

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Procura de melhores condições de vida	10 (58,8%)	6 (40,0%)	16 (50,0%)
Acompanhar/reunir-se à família	4 (23,5%)	0 (0,0%)	4 (12,5%)
Motivos políticos/religiosos/humanitários/saúde	1 (5,9%)	4 (26,7%)	5 (15,6%)
Outra(s)	2 (11,8%)	5 (33,3%)	7 (21,9%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 10 sintetiza os tipos de visto ou documentos de entrada em Portugal. De forma global, observa-se que a categoria mais comum de documentos na chegada a Portugal foi outro tipo de visto/documento (41,2% mulheres; 40,0% homens), seguida de visto de turista (23,5% mulheres; 20,0% homens). Documentos específicos como visto de trabalho ou residência CPLP são menos frequentes.

Estes dados indicam diversidade nos tipos de documentação na chegada, refletindo diferentes trajetórias migratórias e finalidades da migração.

Tabela 10*Documentação Para a Entrada em Portugal Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Visto uniforme (Schengen)	2 (11,8%)	3 (20,0%)	5 (15,6%)
Visto de curta duração (válido para Portugal)	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)
Visto de turista (visto de curta duração)	4 (23,5%)	3 (20,0%)	7 (21,9%)
Visto de estudante	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)
Visto de trabalho	2 (11,8%)	0 (0,0%)	2 (6,3%)
Visto para procura de trabalho (apenas para atividades altamente qualificadas em vigor desde 2024)	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)
Visto de residência CPLP	2 (11,8%)	0 (0,0%)	2 (6,3%)
Outro tipo de visto/documento	7 (41,2%)	6 (40,0%)	13 (40,6%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 10 apresenta a situação documental de residência em Portugal, sendo possível observar que o estatuto mais frequente é a autorização de residência (41,2% mulheres; 73,3% homens), seguido de processos em resolução na AIMA (23,5% mulheres; 20,0% homens) e autorização de residência CPLP (17,6% mulheres; 6,7% homens). Situações temporárias ou em regularização representam uma pequena proporção.

Estes dados indicam que a maioria das pessoas da amostra possui algum tipo de autorização de residência formal, com os homens a registarem uma maior proporção de autorizações definitivas.

Tabela 10

Atual Estatuto de Permanência em Portugal Consoante o Sexo

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Possuo autorização de residência	7 (41,2%)	11 (73,3%)	18 (56,3%)
Possuo autorização de residência CPLP	3 (17,6%)	1 (6,7%)	4 (12,5%)
Possuo visto de estada temporária	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Processo em resolução na AIMA	4 (23,5%)	3 (20,0%)	7 (21,9%)
Aguardo regularização através da nova medida para contribuintes da Segurança Social (entrada em vigor em janeiro 2025)	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Outras situações	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 11 apresenta a posse ou intenção de obtenção de nacionalidade portuguesa. De forma geral, verifica-se que a maioria dos/as participantes pretende obter a nacionalidade portuguesa (76,5% mulheres; 73,3% homens). Uma menor proporção não tem interesse em adquiri-la (23,5% mulheres; 26,7% homens).

Estes dados mostram um forte interesse na naturalização, com pouca diferença entre os sexos.

Tabela 11

Condição e Intenção de Obtenção da Nacionalidade Portuguesa Consoante o Sexo

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Não tenho e pretendo obtê-la	13 (76,5%)	11 (73,3%)	24 (75,0%)
Não tenho e não pretendo obtê-la	4 (23,5%)	4 (26,7%)	8 (25,0%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

Na tabela 12 apresentam-se os motivos para a escolha da região de residência em Portugal. É possível analisar que, as principais razões para escolher o local de residência

foram familiares ou amigos presentes (41,2% mulheres; 20,0% homens) e gosto das características da região (17,6% mulheres; 46,7% homens). Questões práticas, como preço da habitação e custo de vida, são citadas por uma menor proporção de sujeitos.

Estes dados indicam que fatores sociais predominam para as mulheres, enquanto características da região têm maior peso para os homens.

Tabela 12

Motivos Para a Escolha do Local de Residência Consoante o Sexo

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Porque tenho familiares ou amigos aqui	7 (41,2%)	3 (20,0%)	10 (31,3%)
Fácil acesso a transportes e serviços	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Recebi uma oferta de trabalho	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Preços mais baixos da habitação	3 (17,6%)	0 (0,0%)	3 (9,4%)
Tem bons serviços e comércio	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)
O custo de vida é mais acessível	2 (11,8%)	1 (6,7%)	3 (9,4%)
Gosto das características da região (clima, paisagem, ambiente)	3 (17,6%)	7 (46,7%)	10 (31,3%)
Outro	0 (0,0%)	3 (20,0%)	3 (9,4%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A situação de chegada a Portugal está resumida na Tabela 13, evidenciando que a maioria das pessoas chegou a Portugal acompanhada por familiares (64,7% mulheres; 80,0% homens). Uma proporção menor chegou sozinha ou com apoio de amigos/organizações, enquanto poucos relatam chegada através de recrutamento por empresas.

Estes dados mostram que a chegada com familiares é o cenário mais frequente, especialmente nos homens.

Tabela 13

Condições de Chegada a Portugal Consoante o Sexo

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sozinho/a	3 (17,6%)	3 (20,0%)	6 (18,8%)
Com familiares	11 (64,7%)	12 (80,0%)	23 (71,9%)
Com apoio de amigos, organizações ou outras pessoas	3 (17,6%)	6 (40,0%)	9 (28,1%)
Recrutado/a por uma empresa ou patrão	2 (11,8%)	0 (0,0%)	2 (6,3%)
Outro	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

A intenção de trazer para Portugal familiares ou amigos que ainda residem no país de origem está representada na Tabela 12. De forma global, observa-se que a maioria dos/as participantes não planeia trazer familiares ou amigos (59,4%). Entre os grupos de sexo, nota-se que a proporção de sujeitos que pretendem trazer familiares ou amigos para Portugal é ligeiramente maior entre as mulheres (47,1%) do que entre os homens (33,3%).

Os dados apontam para diferenças de género nas decisões de reagrupamento familiar. Contudo, em ambos os sexos, predomina a decisão de não trazer familiares ou amigos.

Tabela 14

Intenção de Reagrupamento Familiar em Portugal Consoante o Sexo

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim	8 (47,1%)	5 (33,3%)	13 (40,6%)
Não	9 (52,9%)	10 (66,7%)	19 (59,4%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

Secção B — Redes de Apoio e Condições de Integração

A Tabela 15 detalha a existência de apoio recebido desde a chegada a Portugal, sendo possível observar que a maioria dos/as participantes recebeu apoio desde que chegou a Portugal (58,8% mulheres; 60,0% homens). Uma proporção menor não recebeu apoio (41,2% de mulheres; 40,0% de homens).

Estes dados indicam que redes de apoio, formais ou informais, desempenham um papel importante na integração, com distribuição semelhante entre os sexos.

Tabela 15

Apoio Recebido Desde a Chegada a Portugal Consoante o Sexo

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Sim	10 (58,8%)	9 (60,0%)	19 (59,4%)
Não	7 (41,2%)	6 (40,0%)	13 (40,6%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 16 mostra as principais dificuldades enfrentadas na integração em Portugal.

A dificuldade mais reportada pelos sujeitos da amostra foi falar e entender português (35,3% mulheres; 33,3% homens) e usar serviços online para imigrantes (35,3% mulheres; 33,3% homens). A perceção de nenhuma dificuldade é maior nos homens (33,3%). Outras dificuldades destacadas incluem acesso à saúde e questões relacionadas com emprego ou habitação. Os dados sugerem que as barreiras linguísticas e de utilização de serviços digitais são centrais para a integração.

Tabela 16*Dificuldades Enfrentadas em Portugal Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Nenhuma dificuldade	1 (5,9%)	5 (33,3%)	6 (18,8%)
Falar e entender português	6 (35,3%)	5 (33,3%)	11 (34,4%)
Usar serviços online para imigrantes	6 (35,3%)	5 (33,3%)	11 (34,4%)
Entender regras para viver/trabalhar em Portugal	2 (11,8%)	0 (0,0%)	2 (6,3%)
Acesso à saúde	6 (35,3%)	3 (20,0%)	9 (28,1%)
Trabalho (encontrar emprego ou trabalhar na minha área)	3 (17,6%)	3 (20,0%)	6 (18,8%)
Reconhecimento de estudos/cursos do estrangeiro	1 (5,9%)	4 (26,7%)	5 (15,6%)
Diferenças culturais	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)
Casa para viver (preço ou disponibilidade)	5 (29,4%)	1 (6,7%)	6 (18,8%)
Ser tratado/a mal por causa da minha origem, cor, religião, sotaque, etc.	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Outro	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

A Tabela 17 apresenta as áreas de integração social consideradas bem-sucedidas. As prioridades mais destacadas pelos sujeitos da amostra incluem ter casa para viver (53,1%) e acesso a cuidados de saúde (53,1%), seguidas de comunicar em português (50,0%) e ter trabalho (43,8%). Isso indica que a estabilidade habitacional, o acesso à saúde e a integração linguística são considerados elementos centrais para uma vida bem-sucedida em Portugal. Outras dimensões, como participação comunitária e relações familiares, também têm relevância, mas em menor proporção.

Tabela 17*Aspetos Considerados Importantes para a Integração em Portugal Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Comunicar em português	7 (41,2%)	9 (60,0%)	16 (50,0%)
Ter trabalho	8 (47,1%)	6 (40,0%)	14 (43,8%)
Ter casa para viver (comprada ou arrendada)	11 (64,7%)	6 (40,0%)	17 (53,1%)
Ter acesso a cuidados de saúde	10 (58,8%)	7 (46,7%)	17 (53,1%)
Ter os/as filhos/as na escola	3 (17,6%)	5 (33,3%)	8 (25,0%)
Estar junto da família	5 (29,4%)	7 (46,7%)	12 (37,5%)
Ter amigos/as portugueses/as	7 (41,2%)	8 (53,3%)	15 (46,9%)
Ter amigos/as da sua nacionalidade ou cultura	5 (29,4%)	3 (20,0%)	8 (25,0%)
Ser tratado/a de forma justa	8 (47,1%)	5 (33,3%)	13 (40,6%)
Participar em atividades da comunidade	6 (35,3%)	7 (46,7%)	13 (40,6%)
Outro	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

Secção C — Habitação e Saúde

A Tabela 18 apresenta a situação habitacional dos/as respondentes, sendo possível observar que a maior parte das mulheres reside em casa arrendada (70,6%), enquanto a maior parte dos homens vive em casa própria (53,3%). No total, mais sujeitos vivem em habitação arrendada (59,4%) do que em habitação própria (40,6%).

Os dados sugerem diferenças de padrão de posse de habitação entre os sexos, com as mulheres mais frequentemente em arrendamento.

Tabela 18*Espaço Habitacional dos/as Participantes Consoante o Sexo*

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Casa própria	5 (29,4%)	8 (53,3%)	13 (40,6%)
Casa arrendada	12 (70,6%)	7 (46,7%)	19 (59,4%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 19 detalha a avaliação da qualidade da habitação. A maioria dos/as participantes considera as condições da habitação boas (41,2% mulheres; 40,0% homens), seguida de muito boas (35,3% mulheres; 26,7% homens) e razoáveis (23,5% mulheres; 33,3% homens). Não há respostas negativas extremas, sugerindo uma avaliação geral positiva das condições habitacionais, com pequenas diferenças de perceção entre os sexos.

Tabela 19*Avaliação das Condições Habitacionais Consoante o Sexo*

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Muito boas	6 (35,3%)	4 (26,7%)	10 (31,3%)
Boas	7 (41,2%)	6 (40,0%)	13 (40,6%)
Razoáveis	4 (23,5%)	5 (33,3%)	9 (28,1%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 20 regista as dificuldades encontradas na procura de habitação. A maior parte das pessoas da amostra não teve dificuldades para encontrar casa em Portugal (41,2%

mulheres; 80,0% homens). Entre as dificuldades relatadas, caução alta e preço elevado das rendas são as mais citadas pelas mulheres.

Estes dados sugerem que as mulheres enfrentam maiores obstáculos na procura de habitação em comparação com os homens.

Tabela 20

Dificuldades Enfrentadas para Encontrar Habitação em Portugal Consoante o Sexo

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Sim, caução (depósito) muito alta	5 (29,4%)	2 (13,3%)	7 (21,9%)
Sim, o preço das rendas era muito caro	4 (23,5%)	1 (6,7%)	5 (15,6%)
Sim, pediam fiador português	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Não tive dificuldades	7 (41,2%)	12 (80,0%)	19 (59,4%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 21 destaca o acesso e utilização dos serviços de saúde, sendo possível observar que a maioria dos/as participantes possui médico/a de família (35,3% mulheres; 53,3% homens), seguida de quem já usou o SNS (29,4% mulheres; 13,3% homens). Uma pequena proporção relata experiências negativas, como maltrato ao procurar cuidados de saúde (11,8% de mulheres; 6,7% de homens).

Os dados indicam que, embora o acesso aos serviços de saúde seja relativamente comum, algumas barreiras ou experiências negativas ainda ocorrem.

Tabela 21*Acesso e Experiências no Sistema de Saúde em Portugal Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Estou registado/a no centro de saúde perto de casa	2 (11,8%)	4 (26,7%)	6 (18,8%)
Já usei o Serviço Nacional de Saúde (SNS)	5 (29,4%)	2 (13,3%)	7 (21,9%)
Tenho médico/a de família	6 (35,3%)	8 (53,3%)	14 (43,8%)
Já fui maltratado/a ao procurar cuidados de saúde	2 (11,8%)	1 (6,7%)	3 (9,4%)
Já tive um acidente no trabalho	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Não procurei serviços de saúde em Portugal	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

Secção D — Educação, Qualificações e Mercado de Trabalho

A Tabela 22 apresenta a formação académica, sendo possível observar que a maior parte dos/as participantes completou o ensino secundário (52,9% mulheres; 40,0% homens) ou possui licenciatura/bacharelato (35,3% mulheres; 33,3% homens). Apenas duas mulheres possuem mestrado e dois homens concluíram formações técnicas/profissionais.

Estes dados mostram uma escolaridade predominantemente média a superior, com mulheres ligeiramente mais escolarizadas que os homens.

Tabela 22*Escolaridade Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sem escolaridade / Primário	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)
3.º Ciclo (7.º-9.º)	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)
Secundário (10.º-12.º)	9 (52,9%)	6 (40,0%)	15 (46,9%)
Técnico /Profissional	0 (0,0%)	2 (13,3%)	2 (6,3%)
Licenciatura / Bacharelato	6 (35,3%)	5 (33,3%)	11 (34,4%)
Mestrado	2 (11,8%)	0 (0,0%)	2 (6,3%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

Na Tabela 23 mostra-se a situação do reconhecimento dos estudos ou qualificações estrangeiras. A maioria ainda não pediu o reconhecimento dos estudos ou cursos (29,4% mulheres; 40,0% homens) ou está em outra situação (17,6% mulheres; 40,0% homens). Um número menor já teve os estudos reconhecidos ou está em processo de pedido.

Estes dados revelam que o reconhecimento académico/profissional ainda é um desafio, especialmente para os homens que se encontram em situações variadas.

Tabela 23*Reconhecimento de Estudos e Cursos Realizados no Estrangeiro Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim, estudos escolares ou universitários	2 (11,8%)	2 (13,3%)	4 (12,5%)
Sim, curso profissional ou técnico	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Estou a fazer o pedido de reconhecimento	3 (17,6%)	0 (0,0%)	3 (9,4%)
Ainda não pedi	5 (29,4%)	6 (40,0%)	11 (34,4%)
Não sabia que era possível fazer esse pedido	3 (17,6%)	1 (6,7%)	4 (12,5%)
Outra situação	3 (17,6%)	6 (40,0%)	9 (28,1%)

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

Na Tabela 24 detalha-se a situação profissional atual dos/as inquiridos/as. A situação profissional mais frequente é outra (35,3% de mulheres; 60,0% de homens), seguida de emprego e desemprego. As mulheres registam uma maior proporção de desemprego (35,3%) em comparação com os homens (6,7%).

Estes dados indicam diferenças de situação profissional entre os sexos, com os homens mais frequentemente em outras atividades não especificadas.

Tabela 24

Situação profissional atual Consoante o Sexo

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Empregado/a	4 (23,5%)	4 (26,7%)	8 (25,0%)
Desempregado/a	6 (35,3%)	1 (6,7%)	7 (21,9%)
Estudante	1 (5,9%)	1 (6,7%)	2 (6,3%)
Outra	6 (35,3%)	9 (60,0%)	15 (46,9%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 25 sintetiza o grau de satisfação com a situação profissional atual, sendo possível observar que entre as pessoas empregadas, a maior parte está satisfeita com o trabalho (29,4% mulheres; 40,0% homens), embora uma proporção significativa ainda não tenha conseguido trabalho (35,3% mulheres; 26,7% homens). Uma parcela considera que a questão não se aplica (23,5% de mulheres; 33,3% de homens), o que sugere diversidade de situações laborais.

Esses dados mostram perceções variadas sobre a integração no mercado de trabalho.

Tabela 25*Grau de Satisfação com a Situação Profissional Atual Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Satisfeito/a	5 (29,4%)	6 (40,0%)	11 (34,4%)
Insatisfeito/a	2 (11,8%)	0 (0,0%)	2 (6,3%)
Ainda não consegui trabalho	6 (35,3%)	4 (26,7%)	10 (31,3%)
Não se aplica	4 (23,5%)	5 (33,3%)	9 (28,1%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 26 descreve as formas pelas quais os participantes conseguiram trabalho em Portugal.

A forma mais frequente de obtenção do primeiro trabalho foi a categoria “Outra situação” (40,6%), refletindo caminhos diversos que não se enquadram nas categorias tradicionais. Um número relevante de mulheres ainda não conseguiu trabalho (35,3%), enquanto a maioria dos homens conseguiu através de “Outra situação” (60%). Observa-se que o apoio familiar ou de amigos desempenhou um papel mais relevante para mulheres (11,8%) do que para homens. As vias formais, como anúncios ou serviços de emprego, foram menos frequentes

Tabela 26*Forma de Obtenção do Emprego Atual em Portugal Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Com apoio de familiares ou amigos/as	2 (11,8%)	0 (0,0%)	2 (6,3%)
Através de uma pessoa ou empresa que o/a recrutou no país de origem	2 (11,8%)	0 (0,0%)	2 (6,3%)
Respondi a um anúncio	1 (5,9%)	1 (6,7%)	2 (6,3%)
Através de serviços de emprego	1 (5,9%)	3 (20,0%)	4 (12,5%)

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Fui contactado diretamente por um/a empregador/a	2 (11,8%)	1 (6,7%)	3 (9,4%)
Ainda não consegui trabalho	6 (35,3%)	2 (13,3%)	8 (25,0%)
Outra situação	4 (23,5%)	9 (60,0%)	13 (40,6%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

Na Tabela 27 avalia-se a capacidade de conversar em português sobre assuntos pessoais e expressar opinião entre os/as participantes. A maioria das pessoas sente que consegue conversar em português muito bem ou bem (58,8% mulheres; 40,0% homens). Uma proporção considerável dos homens relata dificuldade significativa (33,3% nada bem), enquanto nas mulheres a maior dificuldade é moderada. Estes resultados indicam que as competências linguísticas variam entre os sexos, com os homens a apresentar mais desafios de comunicação.

Tabela 27

Grau de Proficiência em Português para Comunicação Pessoal Consoante o Sexo

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Muito bem	6 (35,3%)	3 (20,0%)	9 (28,1%)
Bem	4 (23,5%)	3 (20,0%)	7 (21,9%)
Moderadamente	3 (17,6%)	2 (13,3%)	5 (15,6%)
Pouco	2 (11,8%)	2 (13,3%)	4 (12,5%)
Nada bem	2 (11,8%)	5 (33,3%)	7 (21,9%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

Na Tabela 28 descreve-se a capacidade de ler e compreender as partes principais de notícias sobre o dia a dia entre os/as respondentes. De forma global, a maior parte dos/as respondentes consegue ler e entender notícias muito bem ou bem (70,6% mulheres; 53,4% homens). Alguns homens relatam dificuldades maiores, com 26,7% a referir “nada bem”, enquanto nas mulheres não há respostas nesse nível. Os resultados refletem diferenças de literacia mediática entre os sexos, com os homens a evidenciarem mais desafios na compreensão de notícias.

Tabela 28

Grau de Compreensão de Notícias em Português Consoante o Sexo

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Muito bem	7 (41,2%)	4 (26,7%)	11 (34,4%)
Bem	5 (29,4%)	4 (26,7%)	9 (28,1%)
Moderadamente	3 (17,6%)	2 (13,3%)	5 (15,6%)
Pouco	2 (11,8%)	1 (6,7%)	3 (9,4%)
Nada bem	0 (0,0%)	4 (26,7%)	4 (12,5%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 29 mostra a capacidade dos/as participantes de usar ferramentas digitais ou tecnologias. A maioria dos/as participantes descreve uma boa capacidade de usar computador e internet, especialmente uso com facilidade para qualquer tarefa (47,1% de mulheres; 33,3% de homens). Uma proporção menor apresenta capacidades limitadas ou básicas (11,8% de mulheres; 6,7% de homens). Os dados indicam que, apesar de algumas diferenças individuais, a literacia digital é relativamente alta entre os/as participantes.

Tabela 29*Autoperceção da Capacidade de Uso de Computador e Internet Consoante o Sexo*

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Muito básica/Não uso	2 (11,8%)	1 (6,7%)	3 (9,4%)
Consigo usar para algumas tarefas simples	4 (23,5%)	4 (26,7%)	8 (25,0%)
Consigo usar para a maioria das tarefas	3 (17,6%)	5 (33,3%)	8 (25,0%)
Uso com facilidade para qualquer tarefa	8 (47,1%)	5 (33,3%)	13 (40,6%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

Entre as pessoas migrantes que participaram neste estudo, 13 afirmam ter filhos/as a frequentar algum estabelecimento de ensino em Portugal (40,6%).

A Tabela 30 apresenta o grau de dificuldade percecionado no processo de matrícula dos/as filhos/as em estabelecimentos de ensino.

Tabela 30*Facilidade de Matrícula dos/as Filhos/as em Estabelecimentos de Ensino Consoante o Sexo*

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Muito fácil	3 (37,5%)	1 (20,0%)	4 (30,8%)
Fácil	4 (50,0%)	4 (80,0%)	8 (61,5%)
Difícil	1 (12,5%)	0 (0,0%)	1 (7,7%)
Muito difícil	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
Total	8 (100,0%)	5 (100,0%)	13 (100,0%)

Secção E — Participação Social, Cívica e Religiosa

A participação ou envolvimento em atividades sociais e comunitárias dos/as inquiridos/as está detalhada na Tabela 31. É possível observar que a maioria das pessoas participa em atividades comunitárias (64,7% mulheres; 73,3% homens), o que indica um envolvimento social ativo. Uma parcela menor não participa, mas as diferenças entre sexos são pequenas.

Estes resultados sugerem que tanto homens quanto mulheres estão relativamente integrados em atividades locais e sociais.

Tabela 31

Participação Atividades Sociais e Comunitárias Consoante o Sexo

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Sim	11 (64,7%)	11 (73,3%)	22 (68,8%)
Não	6 (35,3%)	4 (26,7%)	10 (31,2%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 32 mostra a distribuição da amostra quanto à sua situação (inscrição) no registo eleitoral. A grande maioria dos/as participantes não está registada para votar em Portugal (88,2% mulheres; 86,7% homens). Apenas uma pequena proporção (12,5 % no total) possui registo eleitoral.

Os dados indicam uma participação cívica limitada entre os/as participantes.

Tabela 32*Situação (Inscrição) de Registo Eleitoral Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim	2 (11,8%)	2 (13,3%)	4 (12,5%)
Não	15 (88,2%)	13 (86,7%)	28 (87,5%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 33 analisa o tipo de religião dos/as inquiridos/as. Entre os sujeitos da amostra, as crenças religiosas mais frequentes são Protestante Evangélica (25,0%) e Católica (18,8%). Estas religiões encontram-se com maior representatividade no sexo feminino (Protestante Evangélica: 35,3%; Católica: 29,4%). Uma proporção considerável de homens identifica-se como sem religião (33,3%) ou prefere não responder (20,0%).

Os dados mostram diversidade religiosa e espiritual na amostra e diferenças visíveis por sexo.

Tabela 33*Identificação Religiosa ou Crença Espiritual Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Outra	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)
Sem religião	3 (17,6%)	5 (33,3%)	8 (25,0%)
Testemunhas de Jeová	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)
Prefiro não responder	1 (5,9%)	3 (20,0%)	4 (12,5%)
Católica	5 (29,4%)	1 (6,7%)	6 (18,8%)
Protestante Evangélica	6 (35,3%)	2 (13,3%)	8 (25,0%)
Ortodoxa	1 (5,9%)	0 (0,0%)	1 (3,1%)
Budista	1 (5,9%)	2 (13,3%)	3 (9,4%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

Secção F — Participação Comunitária

A Tabela 34 refere-se à percepção de inclusão social na amostra. A maioria das pessoas sente-se mais ou menos incluído ou bastante incluído na comunidade (82,4% mulheres; 86,6% homens). Apenas algumas mulheres relatam não se sentir incluídas de todo (11,8%).

Estes dados sugerem um nível geral de integração positivo, embora haja pequenas diferenças individuais na percepção de inclusão.

Tabela 34

Autoperceção do Nível de Inclusão na Região Onde Reside Consoante o Sexo

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
Não me sinto de todo incluído/a	2 (11,8%)	0 (0,0%)	2 (6,3%)
Sinto-me pouco incluído/a	0 (0,0%)	1 (6,7%)	1 (3,1%)
Sinto-me mais ou menos incluído/a	6 (35,3%)	8 (53,3%)	14 (43,8%)
Sinto-me bastante incluído/a	8 (47,1%)	5 (33,3%)	13 (40,6%)
Sinto-me totalmente incluído/a	1 (5,9%)	1 (6,7%)	2 (6,3%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

Secção G — Vivências, Opiniões e Direitos

A análise da percepção de tratamento injusto ou diferenciado por parte de pessoas migrantes em Portugal está representada na Tabela 33. Entre os/as respondentes que relataram ter sido tratados de forma injusta ou diferente, os contextos mais comuns foram serviços públicos (40,0%) e local de trabalho (40,0%) para mulheres, enquanto para os homens se destacam outra situação (50,0%) e habitação (37,5%). Estas experiências, que abrangem o acesso à habitação, interações com serviços públicos e atendimento administrativo, convergem com o diagnóstico internacional. A Comissão

Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2024) identifica práticas racistas no setor da habitação em Portugal e sublinha a necessidade de políticas habitacionais específicas, bem como de processos de regularização mais eficazes, que não exponham migrantes a abusos e discriminação em múltiplas esferas. Recomenda ainda a criação de um programa nacional de integração e inclusão, em articulação com a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) e a sociedade civil, e o reforço de medidas setoriais de prevenção e resposta.

Os dados do Observatório das Migrações (2023) reforçam estas observações, mostrando que cerca de 30% das pessoas com antecedentes migratórios em Portugal já sofreram discriminação, percentagem que sobe para 54,7% entre pessoas de nacionalidade brasileira e 33% entre nacionais de países africanos de língua oficial portuguesa.

Isto indica experiências diferenciadas de discriminação ou desigualdade, possivelmente relacionadas com questões de género e contexto específico. A perceção de injustiça não se concentra apenas num único ambiente, refletindo múltiplas barreiras na integração.

Tabela 35

Sentimento de Tratamento Injusto por Motivo de Origem, Cor, Nome, Sotaque ou Religião Consoante o Sexo

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Total n (%)
Sim, em serviços públicos	4 (40,0%)	2 (25,0%)	6 (33,3%)
Sim, em redes sociais/online	1 (10,0%)	1 (12,5%)	2 (11,1%)
Sim, na procura de habitação	2 (20,0%)	3 (37,5%)	5 (27,8%)
Sim, no local de trabalho	4 (40,0%)	1 (12,5%)	5 (27,8%)
Sim, em estabelecimentos comerciais	2 (20,0%)	1 (12,5%)	3 (16,7%)
Sim, na rua ou transportes públicos	2 (20,0%)	2 (25,0%)	4 (22,2%)
Sim, em serviços de saúde	3 (30,0%)	3 (37,5%)	6 (33,3%)
Sim, outra situação	1 (10,0%)	4 (50,0%)	5 (27,8%)

Nota. As percentagens são calculadas com base no número total de respondentes de cada grupo. Tratando-se de uma questão de resposta múltipla, onde cada participante podia selecionar várias opções, a soma das percentagens por coluna excede 100%.

A perceção sobre a forma como os/as participantes foram recebidos em Portugal pela população local pode ser consultada na Tabela 36. Os/As respondentes da amostra encontram-se divididos/as quanto à perceção do olhar da comunidade sobre imigrantes. Cerca de metade sente que é acolhedor e amigável (47,1% mulheres; 46,7% homens), enquanto a outra metade considera que depende das situações ou das pessoas (52,9% mulheres; 53,3% homens). Isso indica perceções mistas sobre a recetividade local.

Tabela 36

Perceção dos/as Imigrantes pela População Local Consoante o Sexo

	Mulheres <i>n</i> (%)	Homens <i>n</i> (%)	Total <i>n</i> (%)
De forma acolhedora e amigável	8 (47,1%)	7 (46,7%)	15 (46,9%)
Depende das situações ou das pessoas	9 (52,9%)	8 (53,3%)	17 (53,1%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

A Tabela 37 apresenta a perceção de facilidade/dificuldade para obter apoio legal em Portugal. Globalmente, a maioria das pessoas refere não ser fácil nem difícil (43,8%). Uma parte notável considera fácil obter ajuda legal (29,4% de mulheres; 40,0% de homens), mas a maioria das mulheres vê o processo como nem fácil nem difícil (58,8%). Uma proporção maior de homens considera difícil (33,3%).

Estes dados indicam diferenças na perceção de acessibilidade de apoio legal entre sexos.

Tabela 37*Facilidade Percebida para Obter Apoio Legal Consoante o Sexo*

	Mulheres n (%)	Homens n (%)	Totaln (%)
Fácil	5 (29,4%)	6 (40,0%)	11 (34,4%)
Nem fácil nem difícil	10 (58,8%)	4 (26,7%)	14 (43,8%)
Difícil	2 (11,8%)	5 (33,3%)	7 (21,9%)
Total	17 (100,0%)	15 (100,0%)	32 (100,0%)

10. Conclusões e Recomendações

O plano de integração de migrantes da Lousã assume a diversidade como um recurso essencial ao desenvolvimento sustentável do concelho. A análise de dados censitários, administrativos e de um inquérito a 32 residentes estrangeiros/as mostra que, apesar de um declínio populacional de 3,4% entre 2011 e 2021 e de um forte envelhecimento (índice de 172,26 em 2021, subindo para 196,5 em 2024), a imigração está a revitalizar a região: a população estrangeira praticamente duplicou entre 2021 e 2023 (de 470 para 837 pessoas, 4,8% da população). A amostra é heterogénea (11 nacionalidades), mas reflete a predominância brasileira (quase 70% dos/as residentes estrangeiros/as), com presenças de Angola, Países Baixos, EUA, França, Reino Unido e Ucrânia. É uma população de meia-idade (média de 49 anos), equilibrada em género, maioritariamente casada e com escolaridade moderada a elevada (cerca de metade com ensino secundário e um terço com licenciatura).

Trata-se de uma comunidade relativamente recente: mais de dois terços dos/as inquiridos/as vivem em Portugal há entre um e cinco anos, tendo chegado sobretudo em família. As motivações apontadas são a procura de melhores condições de vida e a atração pelo clima, pela paisagem e pelo ambiente da Lousã. A maioria tem autorização de residência (56%), mas uma quinta parte ainda está a regularizar a situação, e três quartos manifestam a intenção de obter nacionalidade portuguesa. Em termos de habitação, a maior parte vive em casas arrendadas e avalia positivamente as condições,

embora se registem dificuldades com valores de caução e rendas que afetam particularmente as mulheres. No acesso à saúde, cerca de 40% têm médico de família e 22% utilizam o SNS, mas há relatos esporádicos de mau atendimento. O reconhecimento de qualificações académicas é muito reduzido: só um em cada oito conseguiu validar estudos e uma parte significativa desconhecia essa possibilidade. O mercado de trabalho acolhe apenas um quarto dos/as inquiridos/as, enquanto quase metade não trabalha (reformados/as, domésticos/as ou outras situações) e 22% está desempregada; as mulheres registam taxas de desemprego bastante superiores às dos homens. A procura de emprego assenta sobretudo em redes informais, com pouca utilização de serviços oficiais.

A proficiência em português é variável: metade comunica bem, mas um terço assume dificuldades consideráveis, sobretudo nos homens. Embora 59 % relate ter recebido algum apoio após a chegada, persistem obstáculos ligados à língua, ao uso de serviços online, à saúde, ao emprego e à habitação (estas últimas com maior incidência entre as mulheres). A participação cívica formal é reduzida (cerca de 12% está inscrito para votar), mas a maioria sente-se “bastante” ou “totalmente” incluída e descreve a comunidade como acolhedora ou dependente das situações. Ainda assim, 56% dos/as inquiridos/as afirmam ter experienciado discriminação ou tratamento injusto, sobretudo em serviços públicos, saúde, mercado de trabalho ou procura de habitação; as mulheres referem mais frequentemente discriminação no trabalho e nos serviços, e os homens na habitação. Em síntese, a integração dos/as migrantes na Lousã revela-se moderada: a população é diversificada e motivada a permanecer, mas enfrenta desafios estruturais como a subutilização de competências, o acesso ao emprego, o desconhecimento de direitos, as barreiras linguísticas, a discriminação e a fraca participação cívica, com impactes diferenciados conforme o género.

Desta forma, o PMIM-Lousã propõe o reforço da ação municipal em torno de três eixos estratégicos, complementados por medidas operacionais específicas:

EIXO 1: Valorização de Competências e Oportunidades Profissionais

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar o reconhecimento e a utilização plena das qualificações das pessoas migrantes; - Facilitar o acesso equitativo ao mercado de trabalho e à criação de atividades económicas locais.
Medidas Operacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um ponto de contacto municipal para apoio à equivalência de estudos, em articulação com IEFP, DGES e IES; - Sessões semestrais de informação e mentoria profissional (validação de competências, empreendedorismo, microcrédito); - Campanhas de sensibilização junto de empregadores sobre diversidade, igualdade de oportunidades e conformidade legal.

Métricas de avaliação

Métrica	Periodicidade
N.º de pessoas apoiadas em processos de equivalência ou reconhecimento de qualificações / tempo médio de conclusão	Trimestral
Taxa de conclusão bem-sucedida de processos de equivalência / inserção profissional subsequente	Anual
N.º de participantes em sessões de informação e mentoria / percentagem que reporta melhoria nas oportunidades de trabalho	Anual
N.º de iniciativas económicas locais ou atividades profissionais autónomas iniciadas após acompanhamento	Anual
N.º de campanhas de sensibilização realizadas junto de empregadores / entidades envolvidas	Anual
Grau de satisfação dos/as participantes e parceiros com as ações implementadas	Bienal

EIXO 2: Acesso a Direitos, Habitação e Serviços Públicos

Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o acesso equitativo à habitação, saúde e serviços administrativos - Reforçar a literacia linguística e digital, facilitando o exercício de direitos.
Medidas Operacionais	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta contínua de aulas de português e apoio digital (SNS, AIMA, Segurança Social); - Reforço técnico e formação regular dos recursos humanos do CLAIM.

EIXO 2: Acesso a Direitos, Habitação e Serviços Públicos

- Parceria com mediadores comunitários para apoio habitacional e acesso a serviços de saúde.

Métricas de avaliação

Métrica	Periodicidade
N.º de participantes em aulas de português / taxa de assiduidade e progressão linguística	Semestral
N.º de atendimentos realizados no balcão municipal / tempo médio de resolução de pedidos	Mensal
Percentagem de atendimentos realizados com mediação linguística ou cultural	Trimestral
N.º de pessoas apoiadas em processos administrativos digitais (SNS, AIMA, Segurança Social) / taxa de autonomia digital pós-acompanhamento	Anual
N.º de mediações habitacionais ou de saúde realizadas / grau de satisfação dos/as utilizadores/as	Semestral
N.º de materiais informativos produzidos e traduzidos / alcance estimado	Anual

EIXO 3: Participação, Interculturalidade e Combate à Discriminação

Objetivos

- Promover a participação cívica e o diálogo entre comunidades.
- Prevenir e acompanhar situações de discriminação e desigualdade de tratamento.

Medidas Operacionais

- Reativação da associação de estrangeiros/as da Lousã com o apoio do CLDS5G.
- Programas anuais de cocriação cultural e celebração da diversidade (em colaboração com associações locais).
- Linha de contacto para denúncias de discriminação, com encaminhamento para entidades competentes.
- Informação e facilitação de participação cívica (consultas públicas, orçamentos participativos, associações).

Métricas de avaliação

Métrica	Periodicidade
---------	---------------

EIXO 3: Participação, Interculturalidade e Combate à Discriminação

N.º de situações de discriminação reportadas / encaminhadas / resolvidas	Trimestral
Tempo médio de resposta aos casos registados / percentagem de respostas dadas em ≤15 dias úteis	Trimestral
N.º de participantes em sessões informativas sobre direitos, mecanismos de denúncia e igualdade	Semestral
N.º de campanhas ou ações comunitárias de sensibilização realizadas / entidades envolvidas	Anual
N.º de iniciativas interculturais ou de cocriação cultural promovidas / taxa de participação de residentes migrantes e não migrantes	Anual
N.º de pessoas migrantes envolvidas em processos de decisão municipal (consultas públicas, conselhos, orçamentos participativos) / novos registos de participação formal	Anual
Grau de satisfação das pessoas participantes com o apoio recebido e com o clima de inclusão percebido	Bienal

Coordenação, Monitorização e Avaliação

A concretização das medidas propostas exige uma estrutura de governação participada que assegure o acompanhamento, a avaliação e a atualização contínua do Plano, traduzida no eixo transversal de Coordenação, Monitorização e Avaliação.

Coordenação

A execução do PMIM-Lousã é acompanhada por uma estrutura de governação simples e transversal com representantes da autarquia, de pessoas migrantes e de parceiros institucionais, reúne-se semestralmente para monitorizar o progresso dos eixos de intervenção, identificar desafios emergentes e validar ajustamentos necessários.

A coordenação técnica do Plano integra-se no gabinete municipal competente (Serviço de Intervenção Social e Comunitária e Saúde), funcionando como ponto focal entre a CIM-RC, os serviços municipais e as entidades parceiras. Compete-lhe apoiar a execução

das medidas, promover a comunicação interdepartamental, assegurar a ligação com associações de migrantes e disseminar informação relevante.

Monitorização

A monitorização é contínua e orientada pelas métricas definidas para cada medida. Esta acompanha:

- a recolha regular de dados por parte das entidades responsáveis;
- a análise sistemática dos indicadores inscritos na tabela de métricas;
- reuniões trimestrais de acompanhamento técnico;
- a elaboração de um relatório anual de progresso, apresentado à CIM-RC e aos órgãos municipais competentes.

Este processo garante que o Plano permanece alinhado com a realidade migratória do concelho, permitindo identificar necessidades emergentes e ajustar a intervenção pública de forma tempestiva e fundamentada.

Avaliação

A avaliação do PMIM-Lousã articula métodos quantitativos e qualitativos. Estrutura-se em dois momentos:

- Avaliação Intercalar (bienal): analisa o grau de execução das ações, a adequação das estratégias adotadas e a pertinência dos indicadores. Inclui a aplicação de um inquérito de perceção junto de pessoas migrantes.
- Avaliação Final: realizada no termo da vigência do Plano, mede impactos, identifica resultados alcançados e sistematiza aprendizagens úteis para o ciclo seguinte de planeamento.

Ambas as avaliações recorrem à participação de parceiros institucionais, associações de migrantes e serviços municipais, assegurando uma leitura abrangente da eficácia das medidas implementadas e reforçando a natureza participada do Plano.

O Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Lousã afirma um compromisso claro com a inclusão, a equidade e os direitos humanos, reconhecendo as pessoas migrantes como parte integrante da comunidade local e coautoras do futuro do concelho. Para além do contributo demográfico, a sua presença enriquece a vida económica, social e cultural, favorecendo inovação, participação cívica e coesão comunitária. O plano aposta na valorização de competências, no acesso efetivo a direitos e serviços e na prevenção de discriminação, promovendo relações de confiança entre instituições, sociedade civil e residentes. A implementação baseia-se em parcerias, monitorização regular e aprendizagem contínua, assegurando que as respostas evoluem com as necessidades e potenciam o bem-estar de todas as pessoas que vivem na Lousã.

11. Referências bibliográficas

Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância. (2024). *Sixth Report on Portugal*. Estrasburgo: Conselho da Europa. <https://rm.coe.int/sixth-report-on-portugal/1680b6668d>

Instituto Nacional de Estatística. (s.d.). *Instituto Nacional de Estatística*. <https://www.ine.pt>

Observatório das Migrações. (2023). *Indicadores de Integração de Imigrantes: relatório estatístico anual*. Lisboa: Observatório das Migrações / ACM.